

O TRABALHO DE DIGITAÇÃO DE PROCESSOS NO BANCO DE DADOS ONLINE DO ARQUIVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

DOUGLAS REISDORFER¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹*Universidade Federal de Pelotas – UFPel – douglasreisd@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – UFPel – lorenaalmeidagill@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar os resultados das atividades de digitação de processos no Banco de Dados do Arquivo da Justiça do Trabalho, realizadas durante a Bolsa de Iniciação à Extensão e Cultura, do projeto Arquivo da Justiça do Trabalho, que existe junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH), localizado no prédio do Instituto de Ciências Humanas (ICH). Através dessa bolsa, são realizados atendimentos à comunidade, que busca informações sobre processos trabalhistas, com a finalidade de obter a aposentadoria e são digitadas informações no banco de dados, além de ser feita a higienização do acervo. O Núcleo de Documentação Histórica existe desde 1990, criado para atender a uma demanda da Reitoria da UFPel de salvaguardar documentação sobre a história desta universidade. Mais recentemente, o Núcleo voltou-se à documentação relacionada à História do Trabalho e dos movimentos sociais. O NDH possui diversos acervos, dentre eles, o Acervo da Delegacia Regional do Trabalho (DRT); o Laboratório de História Oral (LaHO) e o Arquivo da Justiça do Trabalho. O NDH sendo um espaço da universidade voltado à preservação de documentação histórica, constitui-se como o que pode ser denominado de “Centro de Documentação” (BELLOTTO, 2004).

O Arquivo da Justiça do trabalho, por sua vez, é um importante acervo de conservação, consulta e pesquisa sobre as relações entre empregados e seus empregadores, com vasta documentação, que consiste em processos trabalhistas de 1936 a 1995. Foi incorporado ao NDH em 2005, em regime de comodato com o Memorial da Justiça do Trabalho do RS. O acervo conta com mais de 100 mil processos, acondicionados em mais de 200 caixas, que são continuamente registrados no banco de dados. Apesar de se tratar de documentação relacionada a um órgão do Estado, há poucos acervos completos da Justiça do Trabalho em todo o país, uma vez que muitos dos documentos deste órgão foram eliminados por conta da legislação vigente, seja por picoteamento ou incineração. A partir desta problemática é que o Arquivo da Justiça do Trabalho da comarca de Pelotas e região se consolidou como uma referência para a pesquisa em História do Trabalho, já que se trata do “acervo mais completo de que se tem notícia dentro de uma cidade do estado do Rio Grande do Sul e, talvez, do próprio país” (GILL; LONER, 2014, p. 116).

2. METODOLOGIA

As fontes preservadas no Arquivo da Justiça do Trabalho permitem um aprofundamento nos estudos sobre a história dos trabalhadores e das relações de trabalho. Sem fontes, o trabalho do historiador torna-se inviável. É preciso que se diga que a historiografia, por muito tempo, pouco se preocupou com a história das pessoas comuns e dos trabalhadores. Uma das principais dificuldades para o estudo desta história é a disponibilidade de fontes, já que a falta de interesse pela

vida destas pessoas prejudicou a preservação de documentos relacionados a elas. As atividades de salvaguarda e pesquisa realizadas no Arquivo da Justiça do Trabalho são, portanto, fundamentais para a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Pelotas e região, e o trabalho de digitação dos processos do arquivo no Banco de Dados é uma forma de propiciar o acesso a estas fontes.

O trabalho volta-se, sobretudo, à digitação dos processos trabalhistas no Banco de Dados, em que é registrado tanto o perfil do reclamante quanto uma descrição do processo. O Banco de Dados do Arquivo da Justiça do Trabalho é uma ferramenta importante para garantir e facilitar o acesso aos processos. A atividade inicia, primeiramente, com a numeração dos processos contidos dentro das caixas. Em seguida, é feito o registro do reclamante, que pode ser tanto o trabalhador quanto o empregador. Nesta etapa, são inseridas informações do reclamante, como nome, sobrenome, estado civil, nacionalidade, endereço, gênero, idade, profissão, se recebeu o benefício da justiça gratuita, se é alfabetizado, o número da Carteira de Trabalho e o número do processo.

A terceira etapa consiste na catalogação do processo, colocando o número deste, o número da caixa a qual ele pertence, data de início da reclamação, data de seu arquivamento, um breve resumo sobre os autos do processo e sua conclusão, o tipo de ação (individual ou plúrima), o juiz, a vara, se foi arquivado, qual o demandante (empregado ou empregador), e a conclusão do processo (acordo, procedente, procedente em parte, improcedente e cancelado). Feito isso, o processo é submetido ao Banco de Dados *online* e fica disponível para a consulta, com instrumento de pesquisa com filtro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de um Arquivo com uma imensidão de processos, perpassando uma boa parte do século XX, há muito trabalho a ser feito. Em matéria de digitação, desde o início da Bolsa de Extensão, em maio deste ano, foram catalogadas 13 caixas, contabilizando mais de 600 processos. O início se deu com a caixa de número 50, e atualmente, encontra-se na caixa de número 63. Quanto ao ano, a caixa de número 50 abrange reclamações iniciadas no ano de 1951, enquanto a caixa 63, por sua vez, corresponde a processos do ano de 1952, todos da 1º Vara. O tempo de duração das reclamações é bastante variado, contudo, predominam aquelas que duram pouco tempo, muitas vezes resolvendo o litígio em menos de um mês, mas também há as que duram vários meses ou até anos.

De toda forma, foi possível avançar em um dos objetivos centrais da organização de acervos, a acessibilidade, uma vez que com o Banco de Dados cada vez mais preenchido torna-se mais simples a pesquisa e a consulta do acervo. Devido ao tamanho do acervo, não se sabe quando se terminará a tarefa de se ter todo o acervo no Banco de Dados, mas sabe-se que, além de facilitar o acesso aos processos, a sua catalogação no Banco de Dados possibilita também a ampliação do conhecimento sobre a riqueza contida na documentação do acervo, porque os bolsistas e voluntários que a realizam precisam ler e resumir os processos, e não raro encontram nesta atividade um objeto de pesquisa, resultando em monografias, dissertações, artigos, entre outros.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista os resultados obtidos e a experiência de trabalho com o acervo, conclui-se que a disponibilidade e a acessibilidade proporcionadas pelo

Banco de Dados contribuem para o desenvolvimento de novos trabalhos e pesquisas, principalmente na área de História do Trabalho. A possibilidade de pesquisas qualitativas é grande, envolvendo temáticas como gênero, relações de poder, a apropriação da legislação por parte de empregadores e empregados, enfermidades, condições de trabalho, etc.

Possibilita também o estudo dos mais diversos perfis de trabalhadores da época, bem como das transformações de seus ofícios e das mudanças nos mundos do trabalho. Como exemplo disso, pode-se citar o projeto de pesquisa *À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios encontram-se em vias de desaparecer*, iniciado em 2009, que envolve a pesquisa em processos do Arquivo da Justiça do Trabalho e com a metodologia da história oral. Entre os ofícios pesquisados há, por exemplo, alfaiates, bordadeiras, estivadores e outros. Além disso, com a grande quantidade de processos do Arquivo da Justiça do Trabalho, tornam-se possíveis pesquisas utilizando-se da perspectiva serial, quantitativas, envolvendo o objeto das reclamações, seu resultado, as empresas demandadas, entre outras.

Por fim, a disponibilidade de fontes proporcionada pelas atividades realizadas no Arquivo é essencial, uma vez que diversos projetos de pesquisa, monografias e dissertações, dentro e fora de Pelotas, utilizam-se dos acervos do NDH para consulta de fontes. Além disso, o Núcleo disponibiliza espaço, tempo e materiais para a análise dos processos, e ainda a autenticação gratuita de todas as cópias geradas, em caso de pedido de documentos com a finalidade de aposentadoria.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloisa. **Arquivos Permanentes**. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GILL, L. A.; LONER, B. A. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Esboços (UFSC)**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 109-123, 2014.

GILL, L. A.; LONER, B. A.; VASCONCELLOS, Marciele. Rastros, relatos, memórias: os processos trabalhistas e as fontes orais na pesquisa histórica. **Revista Latino-americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 420-431, 2012.

GILL, L. A.; ROSELLI, G. B. Fontes para a História do Trabalho na região sul do Brasil. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, Porto Alegre, v. 7, n. 17 p. 230-245, 2015.

LONER, B. A.; GILL, L. A. O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Patrimônio e Memória (UNESP)**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 241-256, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Fonte Histórica. In: **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.